

# Contraponto

Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – Outubro de 2011 – Ano 4 – Nº 43  
Av. Presidente Vargas, 509, 11º andar ( 21) 2215.2443  
Centro – Rio de Janeiro – CEP 20071-003

**SISEJUFE** Filiado à **FENAJUFE** e à **CUT**

## Deflagrada a greve no estado do Rio

A greve dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro iniciou na quarta-feira, 19 de outubro, e foi crescendo até o fim da semana. Na sexta-feira, 21, o movimento paredista se intensificou na Baixada Fluminense. Em São João de Meriti onde os servidores fizeram, na sexta-feira, um arrastão pelo prédio da Justiça Federal e mobilizaram 30 colegas no piquete de greve, das 12h às 17h. Na Justiça Eleitoral, os servidores participam diariamente de piquete em frente ao TRE Sede e, a cada dia, mais zonas eleitorais espalhadas pelo estado aderem. Na quarta-feira, 53 zonas eleitorais tinham confirmado a participação na greve e, na sexta, já eram 81 zonas eleitorais paradas



**TRF:** cerca de 90 servidores fizeram um grande piquete na rua do Acre

Foto: Pedro Paulo Leal



**JF Venezuela:** No primeiro dia de greve, houve grande participação de servidores no piquete e 60 assinaturas no ponto paralelo

Foto: Sílvia Lacerda



**São João de Meriti:** Adesão de servidores à greve foi crescendo na Justiça Federal

Foto: Servidor de Duque de Caxias



**Duque de Caxias:** maior parte dos servidores aderiu à greve com suspensão das atividades, piquete e atendimento apenas à casos urgentes

Foto: Sérgio Cardoso de Oliveira



**São Pedro d'Aldeia:** segundo o representante sindical de base João Mac-Cormick, 70% do funcionalismo do Judiciário Federal aderiu ao movimento

Foto: Tatiana Lima



**Niterói:** movimento paredista vai conquistando mais adesão a cada dia

Foto: Subseção Judiciária de Itaboraí



**Itaboraí:** de acordo com o diretor sindical Adriano Santos, a adesão é forte e tende a crescer

### LEIA TAMBÉM

**A atualização completa das ações judiciais do Sisejufe em defesa dos filiados**

Páginas 4, 5 e 6

**A resposta da Fenajufe aos ataques da Ajufe e da Anamatra**

Página 6

**A articulação política da diretoria do Sisejufe com senadores em defesa do PL 6613**

Página 7

Acompanhe diariamente os boletins de greve na página de internet do sindicato.

[sisejufe.org.br](http://sisejufe.org.br)

Segundo a diretora sindical Mariana Liria, oficial de justiça lotada em São João de Meriti, na segunda-feira, 24, acontecerá um novo "arrastão" pelos locais de trabalho para aumentar ainda mais a adesão ao movimento. Naquela cidade, os 1º e 2º juizados e a 5ª Vara Federal estiveram com balcões fechados, apenas atendendo casos urgentes.

De acordo com o diretor sindical Angelo Canzi Neto, a maior parte dos funcionários da JF de Caxias está participando da paralisação. Lá, a 2ª Vara Federal e os 2º e 3º Juizados estão com atividades restritas aos atendimentos de urgência. "A participação dos servidores tem sido boa", avalia Canzi.

No município de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio, varas e o setor administrativo da JF estão com as atividades paralisadas. Em Niterói da 1ª a 5ª Vara, todos os setores estão fechados, incluindo os balcões de atendimento. O 1º Juizado Especial Federal, também suspendeu as atividades e afixou cartazes de greve e informe à população.

Na JF da avenida Venezuela, na capital, servidores realizaram revezamento e participaram do piquete de greve, além de suspenderem as atividades nas 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª e 8ª Varas Criminais na sexta-feira.

Os informes de adesão e de crescimento do movimento paredista chegam diariamente ao Sisejufe. Em Campos dos Goytacazes, por exemplo, 100% dos servidores da JF estão em greve, de acordo com o diretor sindical Olker Pestana. "Estamos trabalhando para aumentar a adesão das Justiças Eleitoral e do Trabalho", informou Olker.

Em Itaboraí, na Justiça Federal, de acordo com o diretor sindical Adriano Nunes Santos, o balcão da 1ª e 2ª vara, e a distribuição, estiveram fechados, só atendendo os casos urgentes. De acordo com Adriano, o TRE está com os balcões das duas zonas eleitorais fechados. Além de Itaboraí, as ZE's 198ª (Itatiaia/Resende), 62ª (Saquarema) e 256ª (Cabo Frio) também aderiram a greve. Em São Pedro da d'Aldeia houve paralisação de 70% dos servidores, de acordo com o representante sindical de base João Mac-Cormick.

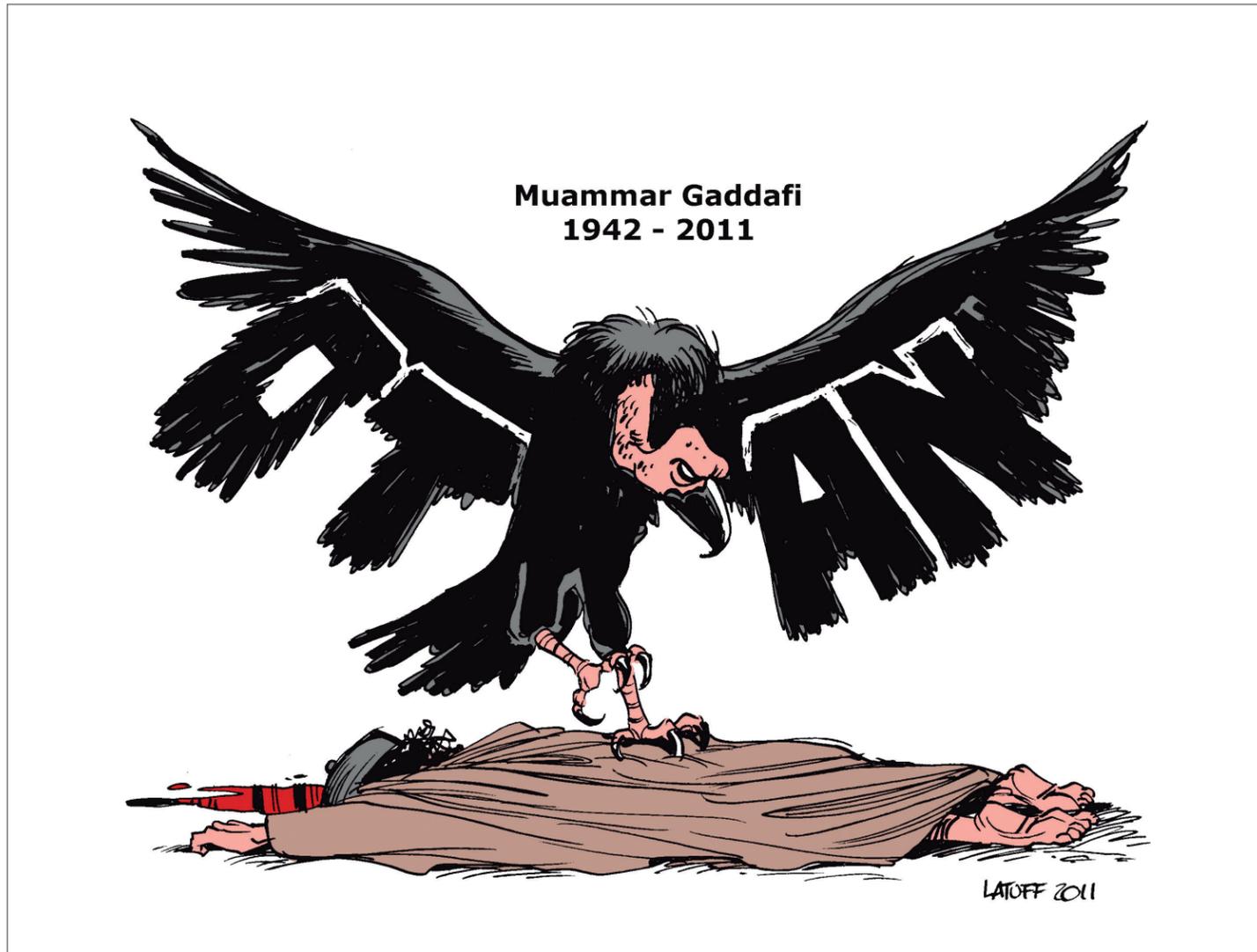
## Deputados da CFT se comprometem a pautar o PL 6613 no dia 26 de outubro

Os integrantes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara [CFT] fizeram um acordo, na quarta-feira, 5 de outubro, para pautar e votar o PL 6.613/09, que reajusta o salário dos servidores do Judiciário Federal, no dia 26 de outubro, independentemente do fechamento de um acordo orçamentário entre os três poderes. No entanto, segundo informaram os deputados, eles irão procurar o presidente da CMO, senador Vital do Rego Filho [PMDB-PB], e o relator geral da proposta da LOA, deputado Arlindo Chinaglia [PT-SP], visando garantir avanços nas negociações para que os valores do PCS sejam incluídos na Lei Orçamentária de 2012.

Por pressão dos servidores presentes, entre eles representantes da diretoria do Sisejufe, o deputado Pauderney Avelino [DEM-AM], que anunciou o acordo, pediu que o compromisso de pautar o PCS no dia 26 fosse registrado na ata da sessão. “Estamos, há várias semanas, buscando fechar um entendimento para votar essa matéria. Mas como há dificuldades aqui na CFT, pois quando conseguimos incluir o PL na pauta, ele não é votado devido às obstruções, fechamos um acordo para que ele entre na do dia 26, vá a voto e seja aprovado”, disse o deputado amazonense, informando também que o compromisso foi acertado entre deputados da base do governo e de oposição.

O relator do PL 6613, deputado Roberto Policarpo [PT-DF], disse que faz parte do acordo a atuação de vários deputados para buscar a resolução do impasse e, para isso, nos próximos dias eles vão conversar com o senador Vital do Rego e com o deputado Arlindo Chinaglia. “Vamos atuar para que no dia 26 o projeto seja pautado em um cenário melhor e mais favorável. A nossa intenção é trabalhar para que esse projeto vire lei, e uma lei que valorize de fato os servidores do Judiciário Federal”, garantiu Policarpo.

Imprensa da Fenajufe.



## TRE decide atender o anseio dos servidores e participará do Concurso Nacional de Remoção

**Após três dias de intensa negociação entre a diretoria do Sisejufe e a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), o presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter determinou a participação do Rio no Concurso Nacional de Remoção. A assessoria jurídica do Sisejufe, durante a negociação, manteve contato com o Tribunal Superior Eleitoral no intuito de demonstrar a importância da participação dos servidores do TRE, não só do Rio de Janeiro, como de todo Brasil**

“A decisão da Presidência do TRE-RJ, no sentido de participar do concurso nacional de remoção, atende ao anseio de vários servidores da Justiça Eleitoral. Esses valorosos colegas poderão disputar num processo democrático uma remoção por permuta que possibilitará o desempenho das funções mais perto dos seus entes queridos”, enfatizou o diretor sindical Moisés Leite.

A luta pela inclusão do TRE do Rio no Concurso Nacional de Remoção teve início no dia 3 de outubro, após o diretor sindical Moisés Leite ter recebido uma mensagem enviada por uma colega que observara na página do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a não participação do Rio. Ali teve início uma importante negociação com a Administração do TRE. “Todas

as demandas trazidas pelos servidores são importantes, mas devo destacar que esta tinha um apelo emocional bastante forte. Lutar para garantir a possibilidade dos servidores daqui retornarem para os seus estados de origem e naturalmente de outros retornarem ao Rio de Janeiro foi, em função do resultado, bastante gratificante”, frisou Moisés Leite.

Para ele, a atuação da SGP e da Direção Geral foi fundamental para demonstrar a importância e a viabilidade do pleito dos servidores. “Trabalhadores, a Administração do Tribunal e o Sisejufe estão de parabéns por garantirem mais essa conquista”, finalizou.

Tatiana Lima Da Redação.

**Contraponto**

**SISEJUFUFE:** Filiado à FENAJUFE e à CUT  
**SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar  
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
**TEL./FAX:** (21) 2215-2443  
**PORTAL:** <http://sisejufe.org.br>  
**ENDEREÇO:** [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

**REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ)  
**DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,4 mil exemplares.

# CUT Rio defende a comunicação como direito universal

**Movimento Sindical** | Jornalista do Sisejufe falou, em painel, sobre o funcionamento das redações da mídia hegemônica

Tatiana Lima\*

A uma semana da celebração do Dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação – 18 de outubro – a Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT Rio), realizou seu 1º Seminário de Comunicação entre os dias 13 e 14 de outubro, no auditório do Hotel Rio's Presidente, na Praça Tiradentes, no Centro. O objetivo foi debater a política de comunicação da CUT e fomentar a formação de dirigentes e profissionais de imprensa de sindicatos filiados à entidade.

Participantes da Frente Ampla pela Liberdade de Expressão e Pelo Direito à Comunicação, o movimento Fale Rio também estiveram presentes ao seminário, que teve a participação de 60 pessoas.

“O papel da Secretaria de Comunicação da CUT é ser mais do que um instrumento de meios para um fim. O nosso papel é discutir política de comunicação porque partimos do princípio de que a comunicação é um direito universal. E se a comunicação é um direito, precisa ser compreendida como macro. Quando tratada apenas como instrumental, a comunicação deixa de ser prioridade da pauta da política”, disse Rosane Bertotti, secretária de Comunicação da CUT Nacional.

Durante os dois dias de seminário foram debatidos temas como a atualidade da luta pela democratização das comunica-

ções; novos e velhos desafios da comunicação sindical; o papel central da política de comunicação da CUT; a importância da imagem, publicidade e relação com a mídia na imprensa sindical e o uso das novas mídias e novas tecnologias pelos sindicatos.

Para a os diretores de comunicação da entidade, Vitor Carvalho (CUT Rio) e Rosane Bertotti (CUT Nacional) os dois pontos altos do seminário foram a participação de convidados de peso, conhecidos nacionalmente como Altamiro Borges, Valter Sanches, João Roberto Ripper entre outros; além da transmissão ao vivo do seminário, o que possibilitou o acesso de 100 pessoas aos debates realizados ao longo de dois dias. Esta foi a segunda experiência da CUT Rio em transmissão online. A primeira ocorreu recentemente na 9ª Plenária Estadual da CUT.

## Articulação com a mídia empresarial

O jornalista Max Leone, da equipe do Sisejufe e subeditor do caderno de economia do jornal O Dia, surpreendeu os participantes do Seminário de Comunicação em sua participação na mesa de debate cujo tema foi “Imagem, Publicidade e relações com a mídia”. Ele discorreu sobre o funcionamento de uma redação de um grande jornal, mostrando à assessores e dirigentes que, muitas vezes, uma pauta sindical não tem visibilidade nos jornais porque além de ser repetitiva, pode chegar



**Max Leone (com o microfone):** “Muitas vezes, pauta sindical não tem visibilidade porque, além de ser repetitiva, pode chegar simplesmente após o término de reunião de pauta”

simplesmente após o término de reunião de pauta. “As redações fazem duas reuniões. Uma no começo da tarde, em torno de 13h e outra lá pelas 17h. Em resumo, não adianta mandar qualquer pauta depois desta reunião”, avaliou o jornalista. No debate que se seguiu aos painéis, constatou-se que grande parte do público desconhecia a estrutura de funcionamento da redação de um jornal diário.

Max Leone ressaltou que os sindicatos precisam fazer um trabalho de “visita” às redações dos jornais. Para ele, o presidente nacional da CUT Artur Henrique deveria, por exemplo, ter uma agenda constante de visita às redações dos maiores jornais. “Essa movimentação pode estreitar laços entre jornalistas e o movimento sindical. Não é que ambas as partes vão ser simpáticas de uma hora para

a outra. Mas isso desmitifica aquela coisa de presidente de entidade sindical inacessível e que só fala mal da imprensa etc.”, explicou o jornalista.

O publicitário Paulo Rodrigues, participante da mesa, concordou com o repórter do Sisejufe. Para ele, o problema do movimento e da imprensa sindical “é usar novas tecnologias e ferramentas disponíveis sempre para repetir modelos antigos”. E concluiu: “Temos que ser como os caras do marketing sim, os textos precisam ter uma embalagem atrativa. Não adianta fazer blocos de textos sem um gancho para atrair a curiosidade do leitor. Vejam a revista que acabamos de receber do Sisejufe aqui. Tem uma ilustração fantástica do Latuff. Qualquer pessoa seja base ou familiares e amigos vão abrir uma revista desta para

ler”, concluiu Paulo Rodrigues.

O fotógrafo João Ripper também destacou a falta de zelo do movimento sindical em dois pontos: a falta de percepção do impacto e importância de imagens para documentar a história dos trabalhadores, além de que as publicações dos sindicatos não documentam a rotina do trabalhador e o conjunto social em que ele está inserido. “Os sindicatos não se preocupam em registrar a vida cotidiana, em documentar a si mesmos. Ser imprensa sindical não pode ser apenas a preocupação com a greve. É necessário registrar como se dá o amor entre as famílias e o meio social em que o trabalhador está inserido”, exemplificou Ripper.

\*Da Redação.

## Ato público no Aeroporto de Guarulhos encerrou a 13ª Plenária Nacional da CUT

Foto: Dorival Elze/CUT Nacional



Colocando em prática todo o acúmulo do debate e a manutenção do caráter combativo em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da soberania nacional, a CUT realizou a tarde de 7 de outubro uma grande manifestação no Aeroporto de Guarulhos, ao final da 13ª Plenária Nacional. O terminal de Guarulhos é um dos três que será privatizado pelo governo federal, ao lado dos aeroportos de Brasília e de Viracopos, em Campinas. Já o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, foi licitado em julho deste ano.

Reunindo os mais de 600 delegados(as) e toda a militância presente na Plenária, a atividade reafirmou a disposição de luta contra a privatização dos aeroportos brasileiros, em um ato unificado com os sindicatos dos aeroportuários e aviários. A direção do Sisejufe foi representada na 13ª Plenária da CUT pelo coordenador de imprensa do sindicato e secretário da formação da CUT Rio, Roberto Ponciano. Além disso, o ato de 7 de outubro lembrou que a data é o Dia Mundial do Trabalho Decente.

## Ações sobre tributos

**IR - ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA SOBRE ABONO DE PERMANÊNCIA - IRPF/IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA - IMPPOSTOS-TRIBUTÁRIO-SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE - CRÉDITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTÁRIO. ABSTER-SE DE FAZER INCIDIR O I.R. SOBRE O ABONO DE PERMANÊNCIA MENSALMENTE PAGO AOS SUBSTITUÍDOS (SERV DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIAO NO RJ)/RESTITUIR VALORES DESCONTADOS**

Processo  
**0035382-**

**93.2008.4.01.3400**

Órgão: 6ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Situação do processo: Vitória do Sisejufe. Julgado procedente

o pedido. A União se manifestou. Processo remetido para o TRF. Processo distribuído no gabinete do Desembargador Catão Alves.

**IMPOSTO DE RENDA - AUXÍLIO PRÉ- ESCOLAR. INCIDÊNCIA SOBRE AUXÍLIO-CRECHE - IRPF/IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA - IMPPOSTOS - TRIBUTÁRIO. RESTITUIR VALORES DESCONTADOS DESDE O INICIO DA PERCEPÇÃO**

Processo

**039712-36.2008.4.01.3400**

Órgão: 4ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Situação do processo: Vitória do Sisejufe. Julgados procedentes os pedidos na inicial. A União Apelou. Apresentamos Contrarrazões. Processo remetido ao TRF sem baixa. Processo recebido no gabinete da

Desembargadora Maria do Carmo.

**IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA. SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DO IR QUANTO AO PAGAMENTO AOS SUBSTITUÍDOS DOS JUROS DE MORA DECORRENTES DO ATRASO NO PAGAMENTO DO REAJUSTE DE 11,98%**

Processo

**0041707-16.2010.4.01.3400**

Órgão: 22ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Situação do processo: Apresentamos réplica, que foi recebida em secretaria em 01.04.2011. O processo foi retirado pela União. Apresentamos Manifestação de

provas a serem produzidas.

**CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE 1/3 DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE 1/3 DE FÉRIAS (ART. 7º, XVII DA CF) - IRPF/IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA - IMPPOSTOS - TRIBUTÁRIO. ABSTENHA DE FAZER INCIDIR O IMPOSTO DE RENDA SOBRE O ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS**

Processo

**0033479-52.2010.4.01.3400**

Resumo: ação que visa a abstenção da incidência da contribuição previdenciária sobre os valores recebidos a título de adicional de férias/terço constitucional de férias, com valores retroativos.

Situação do processo: Indeferido o pedido de assistência judiciária.

Interposto Agravo retido

Órgão: 13ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Processo

**007974-59.2010.4.01.3400 (Digital)**

Resumo: ação que visa isenção do imposto de renda sobre os valores recebidos a título de adicional de férias/terço constitucional de férias, com valores retroativos de 10 (dez) anos. Engloba servidores da ativa e servidores aposentados a partir do ano de 2000.

Situação do processo: Contestação apresentada pela União. Despacho aguardando publicação para o SISEJUFÉ apresentar Réplica.

Órgão: 07ª Turma – Tribunal Regional Federal - TRF – Brasília.

Situação do processo: Vitória do Sisejufe. Tutela antecipada deferida. Apresentamos Réplica em 14.09.2011.

## Ações relacionadas a aposentados ou a aposentadorias

**GAS APOSENTADOS**

Processo

**0016803-**

**97.2008.4.01.3400**

Órgão: 3ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Resumo: ação que pleiteia a extensão da GAS aos servidores aposentados

Situação do processo: Vitória do Sisejufe. Pedido julgado procedente em parte. Apresentamos Embargos de declaração que foram acolhidos. Apelação interposta. Aguarda distribuição no TRF da 1ª Região.

**APOSENTADORIA ESPECIAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA**

Mandado de Injunção  
**nº 840**

Órgão: Supremo Tribunal Federal - STF – Brasília.

Cliente: Sisejufe/RJ

Situação do processo: Acolhido pelo Supremo o direito dos Servidores do Sisejufe-RJ terem seu direito de aposentadoria especial analisado. Processo concluso ao Relator.

**APOSENTADORIA ESPECIAL DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES FEDERAIS**

Mandado de Injunção  
**nº 833**

Órgão: Supremo Tribunal Federal - STF – Brasília.

Situação do processo: Processo aguardando inclusão em pauta do Pleno.

**DIFERENÇA REMUNERATÓRIA**

**- APOSENTADOS E PENSIONISTAS. DESCONTOS INDEVIDOS - SISTEMA REMUNERATÓRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES EXCLUÍDOS DOS PROVENTOS E PENSÕES DOS SUBSTITUÍDOS DECORRENTES DA SUPRESSÃO DA DIFERENÇA DE ENQUADRAMENTO**

Processo

**0041594-62.2010.4.01.3400**

Situação do processo: Indeferido o pedido de assistência judiciária. Interposto Agravo retido.

Processo

**AI 0010756-20.2011.4.01.0000**

Órgão: 6ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Situação do processo: Apresen-

tamos Réplica. Aberto prazo para especificarmos provas.

**OFICIAL DE JUSTIÇA - GAE NA APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO - SISTEMA REMUNERATÓRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. DETERMINAR A INCLUSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA (GAE) NOS ATOS(APOSENTADORIA E PENSÕES) DOS SUBSTITUÍDOS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO/RJ**

Processo

**0022467-75.2009.4.01.3400**

Resumo: os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais aposentados ou respectivos pensionistas não estão percebendo a GAE. A ação

visa a inclusão da GAE e o pagamento dos valores atrasados.

Órgão: 5ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Situação do processo: Apresentada Contestação da União. Julgado extinto o processo sem resolução do mérito. Apelamos da decisão. Concluso para despacho.

**MANDADO DE INJUNÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL PNE**

Mandado de Injunção  
**nº 1657**

Órgão: Supremo Tribunal Federal - STF – Brasília.

Situação do processo: Concluso ao relator com parecer da PGR pela procedência parcial do pedido.

## Ações sobre reajustes e remuneração

**ISONOMIA - LEI 10.475. REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. RECONHECER O DIREITO À DIFERENÇA PERCENTUAL ENTRE O REAJUSTE QUE PERCEBERAM E O MAIOR REAJUSTE PREVISTO PELA LEI 10.475**

**CORRESPONDENTE À CLASSE A PADRAO I**

Processo

**0027758-**

**27.2007.4.01.3400**

Resumo: ação que pleiteia a extensão o maior reajuste de padrão de vencimento da Lei 10475/2002, com diferença de até 27,04%.

Órgão: 5ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Situação do processo: Pedido de assistência gratuita indeferido. Julgado improcedente os pedidos. Apelamos da decisão. A AGU apresentou Contrarrazões a Apelação. Processo remetido ao TRF sem baixa. Processo no TRF sobre responsabilidade do Desembargador Federal Kassio Marques, recebido no gabinete em 01.06.11.

**REVISÃO GERAL 14,23%. REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO NO ÍNDICE QUE CORRESPONDE DIFERENÇA 14,23% E PERCENTUAL RECEBIDO POR CONTA VPNI LEI 10.698/2003**

Processo

**0040737-21.2007.4.01.3400**

Órgão: 21ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Resumo: ação que considera a VPI da Lei 10698/2003 como complemento de revisão geral de remuneração, pleiteando o reajuste de 14,23% para a remuneração do servidor

Situação do processo: Pedido de assistência gratuita indeferido. Julgado improcedente os pedidos. Apelamos da decisão. A AGU apresentou Contrarrazões a Apelação. Processo remetido ao TRF sem baixa. Foi publicada ata de julgamento em 15.04.2011 negando provimento ao Agravo retido e Apelação. Interpusemos Embargos de Declaração. Processo redistribuído o Gabinete do Desembargador Federal Kassio Marques. Foi dado prazo para a AGU se manifestar.

**CORREÇÃO VPNI. GRATIFICAÇÃO INCORPORADA - SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. DECLARAR O DIREITO DOS SUBSTITUÍDOS AO REAJUSTE DA SUA VPNI**

Processo

**0043302-55.2007.4.01.3400**

Órgão: 22ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Situação do processo: Julgado improcedente os pedidos. Apresentamos Embargos de Declaração, que foram acolhidos. A AGU se manifestou. Processo remetido ao TRF sem baixa. Processo aguardando voto do Desembargador Federal Francisco Betti e da Desembargadora Federal Monica Sifuentes.

**GRATIFICAÇÃO INCORPORADA - SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. SUBSTITUÍDOS: ASSOCIADOS DO RIO DE JANEIRO - INCORPORAÇÃO DOS QUINTOS ATÉ A PUBLICAÇÃO DA MP 2.225-45/01 / PAGAR OS VALORES RETIDOS, CORRESP. A PARTE DOS PAGAMENTOS**

**ATRASADOS A TÍTULO DE QUINTOS**

Processo

**0013048-65.2008.4.01.3400**

Órgão: 16ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Resumo: com a MP 2225-45/2001, prorrogou-se a incorporação de quintos até a vigência da referida medida provisória. Os tribunais reconheceram o direito, mas não pagaram o passivo. Na ação, o sindicato cobra os valores devidos

Situação do processo: Este processo desde 2008 sofreu nas mãos de um juiz que desejava o desmembramento da demanda em substituição processual por grupos de 10 servidores. O TRF1 confirmou o entendimento. Após longa espera, a mudança de juiz da 16ª Vara Federal fez com que fosse reconsiderada a decisão (juíza Sigmaringa Seixas) e o processo retomasse seu curso. A União apresentou Contestação. Apresentamos Réplica em 21.06.2011. Apresentamos Alegações Finais em 06.10.11. Petição recebida em secretaria.

**CONCURSO TRT/RJ - EDITAL 01/2008. INSCRIÇÃO/DOCUMENTAÇÃO - CONCURSO**

**PÚBLICO/EDITAL - ADMINISTRATIVO. PROCEDER A INCLUSÃO DE VAGAS NO CERTAME CORRESPONDENTE A NO MÍNIMO 7 VAGAS DE TEC. JUCIARIÁRIO DE SEGURANÇA, 1 VAGA DE TEC. DE MECANICA, 2 VAGAS DE TEC. DE TELECOMUNICACOES E 1 VAGA DE TEC**

**ARTES GRAF**

Processo

**0016247-**

**95.2008.4.01.3400**

Órgão: 17ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

Situação do processo: Apelamos da decisão. Recurso de Contrarrazões apresentado pela AGU. Processo remetido ao TRF sem baixa. Processo recebido no gabinete do Desembargador Federal Carlos Moreira Alves.

**ISONOMIA FC-4 / FC- 01 - CHEFE DE CARTÓRIO ELEITORAL. GRATIFICAÇÕES DA LEI 8.112/90 - SISTEMA REMUNERATÓRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO MENSAL DA FC-4 PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CHEFE DE CARTÓRIO**

## Ações sobre reajustes e remuneração

Continua

### ELEITORAL

Processo: **0016299-91.2008.4.01.3400**

**Órgão:** 4ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Indeferida justiça gratuita e antecipação de tutela. Apresentamos impugnação. Apresentada manifestação do Ministério público. Foi julgado improcedente o pedido. Apelamos da decisão. A União apresentou Contrarrazões. Processo remetido ao TRF. Concluso para relatório e voto no gabinete do Desembargador Federal Francisco de Assis Betti.

### ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO TRT/RJ. GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO - SISTEMA REMUNERATÓRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO DO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - AQ RETROATIVO À DATA DA AVERBAÇÃO DO DIPLOMA, CERTIFICADO OU TÍTULO - SERVIDORES DO TRT/RJ

Processo

**0017026-**

**50.2008.4.01.3400**

**Órgão:** 6ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Resumo:** ação que cobra os valores atrasados do adicional de qualificação, indevidamente restringidos pelo TRT/RJ

**Situação do processo:** Julgado procedente os pedidos. A AGU se manifestou. Processo remetido ao TRF sem baixa. Processo recebido no gabinete da Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva. Concluso para relatório e voto.

### TRE/RJ - INCONSTITUCIONALIDADE DA SUPRESSÃO DO PAGAMENTO DE HORAS-EXTRAS E SUA SUBSTITUIÇÃO PELA COMPENSAÇÃO. ATOS ADMINISTRATIVOS - ADMINISTRATIVO. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS - SISTEMA REMUNERATÓRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. SUSPENDER EFEITOS DOS ATOS Nº 748/08 E 749/08 DO PRES DO TRE-RJ Q/ IMPOEM A COMPENSAÇÃO DAS HORAS-EXTRAS LABORADAS E O PAGTO APENAS EM CASO DE SOBRA ORCAMENTARIA/PAGAR HORA EXTRAORDINARIA

Processo

**0022714-**

**90.2008.4.01.3400**

**Órgão:** 3ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Acolhida a preliminar suscitada pela União e declarado a incompetência absoluta do juízo para processar e julgar a ação coletiva. Por economia processual, declinada competência em favor de uma das varas da seção judiciária do Rio de Janeiro/RJ, via distribuição. Remetidos para outro juízo/tribunal por incompetência.

### AVERBAÇÃO TEMPO DE SERVIÇO. TEMPO DE SERVIÇO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. CONSIDERAR O TEMPO DE

### SERVICO PRESTADO PELOS SUBSTITUIDOS AS EMPRESAS PUBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS

Processo

**0038790-92.2008.4.01.3400**

**Órgão:** 20ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Aguardando análise do pedido inicial. Concluso para sentença.

### FC-5- INTEGRALIZAÇÃO DA GAE EM 01/12/2008. GRATIFICAÇÕES DE ATIVIDADE - SISTEMA REMUNERATÓRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO - GRATIFICAÇÕES DA LEI 8.112/90 - SISTEMA REMUNERATÓRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. MANTER PAGAMENTO DA FC-5 AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA QUE OCUPEM AS CLASSES/PADROES A-1 A C-12 ATÉ ALCANÇAREM C-13; PAGTO DIF. FC-05 E A GAE; GAE NO VALOR DE 35% S/ VENC. BASICO

Processo

**0039218-74.2008.4.01.3400**

**Órgão:** 22ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Julgado improcedente os pedidos iniciais. Recorremos da decisão. Remetido ao TRF. Processo concluso para relatório e voto no gabinete da Desembargadora Neuza Maria Alves da Silva.

### LICENÇA CAPACITAÇÃO (APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL) - AFASTAMENTO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. DECLARAR NULIDADE DO ARTIGO 2º. § 2º DA RESOLUÇÃO 22/2008 DO TRF DA 2ª REGIÃO

Processo

**0002511-73.2009.4.01.3400**

**Órgão:** 13ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Indeferido o pedido de assistência gratuita. Indeferida liminar. Interpusemos Agravo Retido. A União contestou. Foi indeferido o pedido de antecipação da tutela e o autor foi intimado a apresentar réplica. Réplica apresentada e todos os argumentos suscitados pela União foram abordados. O Sindicato autor interpôs agravo retido contra a decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela. A União apresentou contrarrazões ao agravo retido. Os autos foram remetidos ao Ministério Público Federal para parecer. O MP opinou pela improcedência da ação confirmando a validade do disposto no art. 2º, §2º da Resolução 22/2008. Foi então publicado despacho para que as partes especifiquem provas, no prazo de 5 dias. Não há necessidade de produção de provas. Processo recebido em secretaria.

### IMPOSTO SINDICAL. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - ORGANIZAÇÃO SINDICAL - ADMINISTRATIVO. DECLARAR NULIDADE DA IN/MTE Nº 1/2008 AFASTANDO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SINDICAL DOS SUBSTITUIDOS

Processo

**0004433-52.2009.4.01.3400**

**Órgão:** 7ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Resumo:** ação que pede a suspensão da cobrança do imposto sindical e a nulidade da Instrução Normativa 1/2008 do Ministério do Trabalho e Emprego, que o institui para o servidor, com base na remuneração de um dia de trabalho.

**Situação do processo:** Tutela antecipada indeferida. Oposição de Embargos Declaratórios. Foi apresentada Impugnação pela União. Apelamos da decisão publicada. A União apresentou Contrarrazões. Processo remetido ao TRF sem baixa. Processo recebido no gabinete do Desembargador Federal Reynaldo Soares da Fonseca.

### PARIDADE SALARIAL. ISONOMIA/EQUIVALÊNCIA SALARIAL - REGIME ESTATUTÁRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO - APOSENTADORIA - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. DECLARAR AOS AUTORES PARIDADE ATIVO/INATIVO NO CALCULO DOS PROVENTOS DE SUAS APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ

Processo

**0005583-68.2009.4.01.3400**

**Resumo:** ação judicial que visa a declaração do direito dos aposentados (aposentadoria concedida de forma involuntária, por invalidez permanente, em condições que conduziram à inatividade), que tiveram seus proventos de invalidez calculados sobre a média remuneratória e sem paridade, para que as mesmas sejam estabelecidas com integralidade e paridade salarial plenas com a remuneração dos servidores da ativa, com o cálculo dos proventos com base na totalidade da remuneração do cargo efetivo, inclusive para os efeitos da Lei 11.416/2006.

Processo

**AI 0041444-**

**33.2009.4.01.0000**

**Órgão:** 22ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Aguardando publicação de sentença.

### DESCONTOS INDEVIDOS - SISTEMA REMUNERATÓRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. ABSTER-SE DE EFETUAR O DESCONTO DA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE DURANTE O PERÍODO DE FÉRIAS E DEMAIS AFASTAMENTOS DOS SUBSTITUIDOS

Processo

**0017175-12.2009.4.01.3400**

**Órgão:** 3ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** A sentença foi improcedente quanto aos pedidos da inicial. Apelamos da sentença. Recebida em secretaria. Foi ordenada vista a AGU. Apresentada contrarrazões da AGU. Processo remetido ao TRF sem baixa. Processo recebido no gabinete da Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva.

### REEQUADRAMENTO AGENTE DE SEGURANÇA - LEI 11.416/2006. REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. DETERMINAR, IMEDIATAMENTE, A INCLUSÃO DE ATIVIDADE DE SEGURANÇA(GAS) NA REMUNERAÇÃO DOS SUBSTITUIDOS

### BLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. DETERMINAR, IMEDIATAMENTE, A INCLUSÃO DE ATIVIDADE DE SEGURANÇA(GAS) NA REMUNERAÇÃO DOS SUBSTITUIDOS

Processo

**0017176-94.2009.4.01.3400**

**Resumo:** alguns servidores ingressaram como agentes de segurança em concurso anterior à Lei 9421/96, mas foram desviados para outras especialidades. Tais servidores tiveram direito reconhecido pela Portaria Conjunta 3/2007, de serem reenquadrados como agentes de segurança e perceber a GAS

**Órgão:** 13ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Foi apresentada Contestação pela União. Apresentamos manifestação. Houve despacho para especificarmos se há mais provas a serem produzidas. Apresentamos a petição em 22.07.2011. A União se manifestou. Recebido em secretaria em 12.09.2011.

### PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE

Processo

**PSV 45**

**Órgão:** Supremo Tribunal Federal – STF – Brasília.

**Situação do processo:** Apresentamos manifestação referente a proposta de súmula vinculante. Processo concluso à presidência desde 27.07.2010.

### PROGRESSÃO FUNCIONAL/PROMOÇÃO. PROMOÇÃO - REGIME ESTATUTÁRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. SUSPENDER OS EFEITOS DA DECISÃO PROFERIDA NO P.A. 2006169368-CJF, NO TOCANTE À PROIBIÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL/PROMOÇÃO DO SUBSTITUIDOS

Processo

**0028980-59.2009.4.01.3400**

**Órgão:** 4ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Apresentamos Apelação. A AGU apresentou contrarrazões. Processo remetido ao TRF sem baixa. Concluso para relatório e voto no gabinete do Desembargador Federal Néviton Guedes.

### DENÚNCIA OFICIAL AD HOC

Processo

**027.040/2009-9**

**Órgão:** Tribunal de Contas da União – TCU – Brasília.

**Situação do processo:** Concluso ao relator para pronunciamento.

### ASSISTÊNCIA À SAÚDE - SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. PROCEDER O REPASSE DOS VALORES CORRESPONDENTES À COTA-PARTE A QUE TEM DIREITO OS SERVIDORES ASSOCIADOS QUE COMPROVAREM A VINCULAÇÃO A OUTRO PLANO DE SAÚDE

Processo

**0064449-69.2009.4.01.3400**

**Processo: AI 0029797-**

**07.2010.4.01.0000**

**Órgão:** 13ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Foi determinado pelo juízo, que por se tratar de ação coletiva, o desdobramento do feito, de modo que os filiados sejam reunidos em processos, que levem em conta o órgão de lotação. Nos manifestamos contra a decisão. Petição recebida em secretaria.

### MANDADO DE INJUNÇÃO REVISÃO GERAL ANUAL

Mandado de Injução

**2409**

**Resumo:** mandado de injunção que pede o reconhecimento da inadimplência legislativa na regulamentação e concretização do direito à revisão geral anual dos Substituídos, previsto no artigo 37, X, da Constituição da República, na redação dada pela Emenda Constitucional 19/98

**Órgão:** Supremo Tribunal Federal – STF – Brasília.

**Situação do processo:** Concluso ao relator Ministro Celso de Melo.

### INQUÉRITO/PROCESSO/RECURSO ADMINISTRATIVO - ATOS ADMINISTRATIVOS - ADMINISTRATIVO. REQUER SUSPENSÃO DA PORTARIA RJ-PGD-2007/00073 PARA RESTABELECE O USO DE TODOS OS ELEVADORES DOS PRÉDIOS DA SJ/RJ. USO DE ELEVADORES PRIVATIVOS

Processo

**0019681-**

**24.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 14ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Extinto o processo sem resolução do mérito. Apelamos da sentença. Foi ordenada a remessa ao TRF.

### URV 11,98%. REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO

Processo

**0021284-**

**35.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 2ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Apresentamos Réplica em 15.06.2011.

### ADS - ATOS DE ADMISSÃO

Processo

**029.671/2008-9**

**Órgão:** Tribunal de Contas da União – TCU – Brasília.

**Situação do processo:** Para parecer do MP. Distribuído para o gabinete do Procurador Sérgio Caribé, aguardando minuta do MP.

### JUROS DE MORA DE 11,98%. SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO. ABSTER-SE DE PROMOVER QUALQUER COMPENSAÇÃO/DEVOLUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE JUROS DE MORA DE 1% SOBRE OS VALORES ATRASADOS DO REAJUSTE DE 11,98%

Processo

## Ações sobre reajustes e remuneração

**0046006-**

**36.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 20ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília.

**Situação do processo:** Processo concluso para publicação de sentença.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA.  
PENSÃO CIVIL OU MILITAR**

Processo

**0021586-**

**46.2008.4.02.5101**

Processo: **(AC /491501)**

**Órgão:** 6ª Vara Federal – Justiça Federal – Rio de Janeiro.

**Situação do processo:** Indeferi-

do o pedido de liminar. Processo remetido ao TRF da 2ª região devido à interposição de Apelação do Sindicato, a fim de processar e julgar recurso sem contagem de prazos. Recebido em 02.03.2011.

**ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS. VENCIMENTOS OU PROVENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS: AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO**

Processo

**0021655-44.2009.4.02.5101**

**Órgão:** 17ª Vara Federal – Justiça Federal – Rio de Janeiro.

**Situação do processo:** Foi publicado despacho determinado remessa dos autos a uma das varas cíveis federais da seção do Rio de Janeiro. Remessa interna ao arquivo geral do Rio de Janeiro.

**ORDINÁRIA/OUTRAS. SERVIDOR PÚBLICO: CONSIDERAÇÃO DO DIA 08/04/09 COMO FERIADO - TRE/RJ**

Processo

**0008098-87.2009.4.02.5101**

**Órgão:** 6ª Vara Federal – Justiça Federal – Rio de Janeiro.

**Situação do processo:** Processo enviado ao TRF para processamen-

to e julgamento de recurso. Autos conclusos para despacho no gabinete do Dr. França Neto na quinta turma especializada do TRF da 2ª Região.

**ESPECIALIDADE SEGURANÇA E TRANSPORTE. LEI 11.416, DE 2006**

Processo

**0042388-49.2011.4.01.3400**

**Órgão:** 14ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília/DF.

**Situação do processo:** Sentença sem exame do mérito, falta de interesse processual, perda de objeto. Opusemos Embargos de Declara-

ção. Deferido o pedido de justiça gratuita. Apelamos da decisão.

**JUROS DE MORA. LEI 11.416, DE 2006**

Processo

**0042699-**

**40.2011.4.01.3400**

**Órgão:** 6ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília/DF.

**Situação do processo:** Indeferido o pedido de justiça gratuita. Apresentamos Agravo retido, juntamente com o comprovante de pagamento de custas. Petição recebida em secretaria.

## Fenajufe responde aos ataques feitos por associações de magistrados

As notas da Ajufe e da Anamatra, que questionam de forma insidiosa as manifestações do STF em favor do reajuste dos servidores, demonstram a pequenez da visão política que campeia as diretorias dessas entidades. As entidades, ao tentar defender os interesses de seus associados, elegem como óbice ao reajuste dos subsídios dos magistrados federais o projeto que reajusta o salário dos servidores. A preponderar essa visão, é preciso dizer que a Ajufe e Anamatra elegeram o inimigo errado, pois ao invés de voltar suas cargas ao desrespeito com o qual o Poder Judiciário tem sido tratado [tanto servidores, como juízes] pelo Poder Executivo, preferiram solenemente se valer de um discurso feudal ao falar em hierarquia, para sustentar as necessidades de revisão dos subsídios dos juízes em detrimento dos servidores.

Vale lembrar que o dispositivo Constitucional, citados pela Ajufe e Anamatra, que tem sido desrespeitado, determina tanto a revisão dos subsídios, como também determina a revisão da remuneração dos demais servidores públicos federais, nos mesmos moldes e sem distinção de índices entre uma e outra situação.

Também vale lembrar que a mesma inflação que dilapida o salário dos magistrados, também dilapida a remuneração dos servidores, com uma diferença: os magistrados tiveram reposição de inflação em 2009 e em 2010, enquanto o servidores tiveram seu último reajuste aprovado em 2006 e que foi implementado de forma escalonada.

É preciso dizer ainda que as me'tas impostas pelo CNJ recaem

não apenas sobre os magistrados, mas também sobre os servidores, e que esses, para cumpri-las, muitas vezes são vítimas de assédio moral, impingido por magistrados que compartilham da visão de vasalagem exteriorizadas nas notas da Ajufe e Anamatra.

Em entrevista concedida à revista Veja, em 2010, o próprio presidente do STF, ministro Cezar Peluso, reconhece que não há como julgar tamanha quantidade de processos que chega ao Supremo, todos os anos, sem o trabalho dos servidores. É certo afirmar, portanto, que nas primeiras instâncias isso ocorra de forma muito mais expressiva.

Os problemas de saúde decorrentes do exercício de função não acometem apenas magistrados, mas principalmente servidores que, dentre outros fatores, além do assédio moral, são vítimas das condições de trabalho, que, via de regra, são piores que a dos magistrados, sem falar da excessiva carga horária. As entidades de classe de magistrados nunca se levantaram para fazer uma campanha voltada para o público interno, focando em seus associados, ou mesmo para repudiar os excessos cometidos nos tribunais sob a forma de assédio moral.

Casos de violência, como o que chocou o país e provocou a morte da juíza Patrícia Acioli, não estão restritos aos magistrados. Também já acometeram oficiais de justiça e colocam em igual situação de risco agentes de segurança, assistentes sociais, além de outros grupos de servidores, como por exemplo, os que atuam em áreas de conflito de terra. Portanto, não são um problema apenas da magistratura e sim do próprio Poder Judiciário, entendendo,

Vale lembrar que a mesma inflação que dilapida o salário dos magistrados, também dilapida a remuneração dos servidores, com uma diferença: os magistrados tiveram reposição de inflação em 2009 e em 2010, enquanto o servidores tiveram seu último reajuste aprovado em 2006 e que foi implementado de forma escalonada

obviamente, que esse é composto por servidores e juízes, conclusão que não parece óbvia à Ajufe e à Anamatra.

Causa espécie a indignação da Ajufe acerca da crítica do Presidente do STF aos tais 60 dias anuais de férias, sobretudo porque uma pesquisa mínima nas administrações dos tribunais atestará que a maioria esmagadora dos juízes prefere não usufruir a totalidade do período e sim vender um terço do total dos dias a que tem direito. Se é tão necessário 60 dias por que seguidamente abrem mão de 20 dias e só usufruem 40? E que essa pergunta não seja respondida sob a alegação de necessidades financeiras, uma vez que a magistratura acaba de receber, por controvertida decisão administrativa, valores que superam trezentos mil reais a título de Parcela Autônoma de Equivalência, nome pomposo dado ao "famoso" auxílio-moradia.

Os chamados supersalários – que as entidades querem fazer crer que são uma constante nos locais de trabalho, quando na verdade representam uma parcela

infinitesimal dos mais de 110 mil servidores do Judiciário Federal em todo país – são frutos de administrações do próprio poder Judiciário que mantiveram as mesmas pessoas durante anos em posições de alta chefia. Política contra a qual as entidades de magistrados nunca manifestaram qualquer discordância, enquanto as entidades representativas de servidores sempre defenderam uma remuneração digna para os servidores, em contraponto ao excessivo número de FC's existentes em vários tribunais.

Ademais, há uma evidente contradição no discurso dessas entidades de magistrados, vez que uma parte da composição dos chamados supersalários é devida a decisões judiciais, provavelmente exaradas por associados da própria Ajufe, que na condição de juízes, reconheceram, por meio de sentenças, a legalidade dessas incorporações. Não obstante, essa discussão não deve ser usada para defender que os servidores não tenham reajuste, já que a própria constituição estabelece os critérios que fixam limites salariais em todo

funcionalismo e não fez previsões para a possibilidade de subteto.

Na luta dos trabalhadores, a Fenajufe nunca expressou ingerência nos pleitos de outros setores do funcionalismo, senão para apoiá-los. Sempre respeitou a autonomia das demais entidades de classe e vê como obtusa a tese de que para obter reajuste, uma carreira deva defender que a outra não tenha.

Nitidamente Ajufe e Anamatra conjugaram forças para essa ofensiva contra os servidores, o que não é a primeira vez que ocorre, já que nosso projeto sofreu ataques da Frente Associativa - Frentas, composta por entidades de juízes e de membros do MPU, e teve sua proposta de recomposição ceifada antes mesmo de seu envio ao Congresso Nacional.

Por fim, externamos que não temos contrariedade com a luta dos magistrados por melhoria salarial e de condições de trabalho. Entendemos legítima a luta dessas entidades, mas repudiamos que isso se dê à custa de argumentos que não expressam senso coletivo e preocupação com todos os setores do Poder Judiciário.

Esperamos contar, na construção de uma sociedade mais fraterna e igualitária, com segmentos mais avançados da magistratura, para que, conjuntamente, tenhamos condições de fazer um debate amplo e honesto, visando construir em nosso país o real conceito de acesso à justiça, desvinculado de visões arcaicas, mais compatíveis com o Brasil colonial que com o Brasil que desejamos construir.

Brasília, 13 de outubro de 2011.  
Diretoria Executiva da Fenajufe.

# Diretores do Sisejufe se reúnem em Brasília com senador relator do PPA

**PCS/PL 6613**

**Walter Pinheiro (PT-BA) se comprometeu a ajudar num acordo orçamentário**

Leonor Costa\*

A tarde de quinta-feira, 20 de outubro, foi bastante agitada para coordenadores da Fenajufe, que ficaram em contato com vários deputados e representantes do Judiciário Federal para saber detalhes a respeito das negociações sobre a inclusão da previsão orçamentária do PCS na proposta de Lei Orçamentária Anual de 2012. Enquanto alguns acompanhavam a sessão da Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde o relator geral da LOA, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), apresentou seu relatório preliminar sem incluir os PLs 6613/09 e 6697/09, os coordenadores Jean Loiola e Valter Nogueira Alves, acompanhados dos diretores do Sisejufe Edson Mouta Vasconcellos e Moisés Santos Leite, aguardavam no Senado Federal para serem recebidos pelo relator do Plano Plurianual (PPA), senador Walter Pinheiro (PT-BA).

No início da noite, em reunião com o senador os dirigentes sindicais informaram detalhes sobre a tramitação dos projetos, cujo impasse nas negociações tem impedido que estes sejam aprovados na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (CFT), e também informaram que, naquele dia, o relatório preliminar da LOA havia sido apresentado na CMO sem

**O relator do PPA afirmou que vai procurar ministra do Planejamento no dia 27 de outubro. Após o encontro, agendou nova reunião com os coordenadores da Fenajufe e diretores do Sisejufe para dar o retorno da conversa**

a previsão orçamentária dos PCSs, o que dificultaria ainda mais sua votação na próxima semana. Além disso, pediram que o parlamentar, pelo fato de ter influência junto à bancada do governo e também ser o relator do PPA, ajude nas negociações para que um acordo seja fechado nos próximos dias. Como o PPA trata-se de lei federal com validade de quatro anos que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para o período da sua vigência, os coordenadores da Fenajufe avaliaram ser fundamental a conversa com o senador na tentativa de buscar o seu apoio à reivindicação da categoria.

“Estamos enfrentando muita resistência por parte do Executivo, que tem mostrado seu desinteresse em negociar. E



Em Brasília: Pinheiro recebeu os diretores do Sisejufe Edson Mouta, Moisés Leite e Valter Nogueira Alves, acompanhados de Loiola

sabemos do peso que o Parlamento tem, pela importância do papel que tem desempenhado no debate orçamentário, então queremos o seu apoio para que as negociações se efetivem”, disse Jean Loiola, ao ressaltar a importância do apoio do senador

De acordo com Walter Pinheiro, uma das formas de conseguir alterar o relatório da LOA é por meio de emenda de comissão, que politicamente deve ser articulada nas duas Casas do Congresso Nacional. Pinheiro disse, também, que na próxima semana pretende se reunir com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para tratar de assuntos relacionados ao PPA e, na oportunidade, vai pautar a questão orçamentária do PCS. “Vou conversar no dia 27 (quinta-feira) com o

Planejamento e vou tentar negociar essa questão no Plano Plurianual”, disse Pinheiro.

Com o objetivo de reforçar o pleito da Fenajufe, Valter Nogueira informou que os sindicatos filiados estão deflagrando a quinta greve em defesa do projeto, que tramita na Câmara dos Deputados desde o final de 2009. “Estamos entrando em mais uma greve e os servidores em todo o país gostariam de ter uma sinalização positiva”, disse Valter, que é diretor-presidente do Sisejufe, cuja base está em greve desde o dia 19.

Questionado sobre declarações que teria dado à imprensa de que, na sua avaliação, a implementação do PCS só poderia ser em quatro anos, Pinheiro respondeu que ele, como relator, pode utilizar como parâmetro o prazo do PPA, que

é de quatro anos. No entanto, segundo ele, o tempo da implementação do reajuste salarial vai depender de uma negociação política entre os três Poderes. “A cada ano, a PLOA tem margem para trabalhar com o que é previsto no PPA. O importante é aprovar o projeto e depois definir como resolver, nas negociações, o tempo da implementação”, avaliou o senador, que se reunirá novamente com a Fenajufe ainda no dia 27 para dar, não apenas retorno sobre a conversa com o Ministério do Planejamento, mas também para definir, junto com a Federação as novas ações a ser feitas.

**Comissão de Orçamento recebe relatório preliminar do PPA 2012-2015**

Conforme havia dito aos coordenadores da Fenajufe na reunião desta quinta-feira (20), o senador Walter Pinheiro (PT-BA) entregou nesta sexta-feira (21), na Comissão Mista de Orçamento, o relatório preliminar ao projeto do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (PLN 29/11). O texto traz as regras para apresentação de emendas ao PPA em tramitação no Congresso. O prazo para emendas ao relatório preliminar começa na segunda (24) vai até quarta-feira (26). Segundo informações da Agência Câmara, a previsão é votar o texto na comissão no dia seguinte (27).

## Audiência com senador baiano foi articulada no Sisejufe pelo senador Lindbergh Farias, no dia 14 de outubro

Foto: Henri Figueiredo



Em visita de trabalho ao Sisejufe na última sexta-feira, 14 de outubro, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) reuniu-se com o diretor sindical Edson Mouta Vasconcellos tendo como pauta a tramitação do Projeto de Lei 6.613/2009 – que está na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara Federal. O senador fluminense ouviu do diretor do Sisejufe os principais entraves existentes para a aprovação do quarto Plano de Cargos e Salários (PCS) da categoria judiciária e da necessidade de mediação política para se garantir a aprovação do projeto na CFT no próximo dia 26 de outubro – quando o PL 6613 entrará na pauta.

Neste encontro, o senador colocou-

se à disposição do Sisejufe e da categoria dos servidores do Judiciário Federal não apenas para ajudar no processo de aprovação do PCS, como também para outras demandas – daí nasceu a articulação para a audiência como o relator do PPA, senador Walter Pinheiro (PT-BA), na quinta-feira, 20 de outubro.

Em 1º de julho deste ano, o senador petista já tinha estado presente em reunião, também na sede do sindicato, com os diretores sindicais Valter Nogueira Alves e Márcio Cotta – hoje representante sindical de base.

**Henri Figueiredo, com informações da Assessoria Política.**

\*Imprensa da Fenajufe.

# Paixão descrita em “Notas Políticas”

Foto: Henri Figueiredo

## Prata da Casa

Max Leone\*

A política faz parte da vida do técnico judiciário Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, de 40 anos – ativista desde os 15 anos, quando ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) no qual permaneceu até 2006. Foi diretor-presidente do Sisejufe entre 2008 e 2011 e, atualmente, integra a diretoria colegiada do sindicato, o Departamento Formação e Cultura e o Departamento de Imprensa – do qual é coordenador. Concomitantemente, é secretário de Formação da Central Única dos Trabalhadores do Rio (CUT-RJ). Toda essa paixão pelas políticas partidária, sindical e do dia a dia, aliada a uma atividade que tanto gosta – escrever – resultou na publicação do livro: “Notas Políticas”, a sua segunda publicação. O lançamento ocorrerá no dia 28 de novembro no auditório do Sisejufe.

“Estou lançando o ‘Notas Políticas’, que é um livro com textos sobre política, mas que trata de filosofia, cultura, tudo o que rodeia a política. São crônicas opinativas, não são textos científicos”, explica o autor, que é funcionário da Justiça Federal desde 1997.

Nascido em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, bacharel em Direito e Letras, e mestre em Filosofia, Ponciano reuniu para “Notas Políticas” fragmentos produzidos ao longo de sua militância. Boa parte foi publicada na imprensa sindical, sobre problemas políticos variados. “Tudo na ideia do homem novo, multifacético, pregado por [Karl] Marx. Sou especialista em Marx. Minha dissertação é sobre ‘Devir, Fetiche e Alienação’”, conta.

Rubro-negro de coração, corpo e alma, Ponciano também aproveitará o momento para relançar seu primeiro livro (Feitiços), que saiu há quatro anos. A publicação traz material produzido entre 1999 e 2003, e são poesias, textos e contos eróticos. “O ‘Feitiços’ surgiu da leitura de autores como Anais Ninn, Bukowsky, e também do pensamento de Wilhelm Reich,

**Servidor da Justiça Federal e sindicalista, Roberto Ponciano (foto) lança livro de crônicas que tratam de filosofia, cultura e “tudo o que rodeia a política”**

psicanalista marxista alemão, que pregava a liberação sexual. Há também influências de Henry Miller, Apollinaire, Baudelaire, D. H. Lawrence”, revela.

A ligação de Ponciano com a literatura existe desde sua adolescência. “Além dos dois livros editados, tenho quatro projetos paralelos em andamento: uma



versão marxista da Utopia de Thomas Morus; um livro de poemas políticos; uma peça sobre a questão da religião; e a conversão em livro da minha dissertação de mestrado – que é sobre ética em Marx”, enumera Ponciano.

“Publico livros como quem escreve cartas a amigos distantes, disse Heidegger. Sempre li muito, sempre fui devorador de livros e sempre tive a pretensão de publicar. Não vejo isto como uma carreira, mas com certeza vou publicar todos os meus projetos.

\*Da Redação.



Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br

**“A luta contra o fascismo (com a morte de 25 milhões de soviéticos), pela liberdade religiosa no mundo e no Brasil (Jorge Amado, à época deputado constituinte do PCB, foi o autor da lei que liberava os cultos afro-brasileiros), pelos direitos civis dos homossexuais, todas elas foram bandeiras paridas pela esquerda, que a direita assumiu só em parte, posto que, na defesa do status quo os conservadores, não podem ser consequentes em bandeiras como o feminismo, a defesa da ecologia ou outras afins. Como pode a direita ser coerente na defesa, por exemplo, dos direitos da mulher favelada?”**

Trecho de “Notas Políticas”

## Para quem acredita na História

O servidor e dirigente sindical Roberto Ponciano diz que seus textos são direcionados aos que acreditam que a História não acabou. “E quem garante que a História é carroça abandonada numa beira de estrada, ou numa estação inglória? A História é um carro alegre, cheia de um povo contente, que atropela indiferente todo aquele que a negue”, afirma, numa citação de Pablo Milanés e Chico Buarque.

Ponciano conta que o livro erótico “foi saindo num único ano” e o novo, “Notas Políticas” nasceu aos poucos. “O primeiro saiu num momento inclusive de inflexão sobre esta parte de nossa alma que muitas vezes é relegada ao ostracismo, por conta desta dialética de uma sociedade que vive entre a exploração comercial da sexualidade e a repressão à pulsão primordial. Já o livro sobre questões políticas foi sendo feito aos poucos, de

acordo com os problemas que iam sendo colocados, iam aparecendo”, analisa.

Ele reconhece que no Brasil é muito difícil publicar livros, mas isso não o impede de seguir sua trajetória literária. “É uma selva para os novos escritores porque a indústria do ‘Besta’ Seller direciona o mercado para subprodutos. Autoajuda, policiais, esotéricos, está difícil publicar para quem está fora do mercado editorial direcionado. Se produz mais, mas se produz com menos qualidade”, comenta.

Roberto Ponciano é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta ao funcionalismo do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuam talentos artísticos e literários fora da repartição do serviço público.